

# OS FRADES DOMINICANOS E O MOSTEIRO DA BATALHA: FONTES PARA UMA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

## THE DOMINICAN FRIARS AND THE MONASTERY OF BATALHA: SOURCES FOR A HISTORICAL RECONSTITUTION

**Renata Cristina de Sousa Nascimento**

Universidade Federal de Goiás

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Universidade Estadual de Goiás

### **Correspondência:**

FG. Departamento de História - Rodovia BR 364, KM 192

Setor Parque Industrial, nº 3800 Jataí-Goiás, CEP 75801-615

E-mail: [renatacristinanasc@gmail.com](mailto:renatacristinanasc@gmail.com)

### **Resumo**

Os primeiros conventos fundados pelos dominicanos na Península Ibérica refletem, em sua gênese, a importante influência que os Frades Pregadores iriam exercer nesta região, tendo grande prestígio não somente entre a população mais pobre, mas também entre a corte portuguesa. Durante o início da Dinastia de Avis estes receberam de D. João I, em 1388, a administração do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ou da Batalha, monumental conjunto arquitetônico, projeto de promoção internacional de uma imagem política. Para o estudo da presença dominicana na Batalha serão utilizadas como fontes a História de São Domingos, de Frei Luís de Sousa e a coletânea documental reunida por Saul Antônio Gomes, intitulada "Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI", publicada em 2002.

**Palavras-chave:** Ordem dos Pregadores; Mosteiro da Batalha; Narrativas.

### **Abstract**

The first monasteries founded by the Dominicans in the Iberian Peninsula, reflect, in its genesis, the important influence that the Friars Preachers would exert in this region, with great prestige not only among the poorest population, but also among the Portuguese court. During the beginning of the Avis dynasty they received from John I in 1388, the administration of the Monastery of Santa Maria da Vitória, or Battle, which is an monumental architectural complex, international project to promote a political image. For the study of the Dominican presence in Battle it will be used as sources History of St. Dominic, Frei Luís de Sousa and documentary compilation album put together by Saul Antônio Gomes, entitled "Historical and Artistic Sources of the Monastery and the Village of Batalha - Centuries XVI - XIV, published in 2002.

**Keywords:** Order of Preachers; Monastery of Batalha; Narratives.

Fundado em 1388 por D. João I, depois da vitória alcançada em 1385 sobre as tropas castelhanas em Aljubarrota, o Mosteiro da Batalha é a maior expressão simbólica da Dinastia de Avis. Do ponto de vista religioso este mosteiro sempre esteve sob a ação administrativa da Ordem Dominicana, iniciada em 1216. As características da doutrina dominicana pareciam se encaixar perfeitamente no que buscava o rei D. João I, tendo em vista que esta ordem evangelizava de uma forma diferente das demais, e era voltada à vida cidadina e a atividade intelectual.

Tratava-se, pois, necessário renovar e corrigir. Para isso, as ordens mendicantes apareceram como as mais capazes de oferecerem soluções para a estabilidade dum *status quo* que perigava. Tornava-se necessário (re)evangelizar pela pregação, pelo exemplo de vida regrada, pela prática duma piedade renovada que passava pela propalação do sacramento remissor da penitência ou confissão pela essencialidade de uma piedade cristocêntrica e pela postura advocante da Virgem Maria, bem como pelo enraizamento da ideia do purgatório, espaço de espera e de purificação.<sup>1</sup>

Em 1217, segundo registros da ação dominicana em Portugal, se dá a chegada do primeiro religioso ligado a esta ordem de pregadores, Frei Soeiro Gomes. O principal objetivo deste trabalho é tentar traçar um perfil da atuação da Ordem Dominicana no interior do Mosteiro da Batalha nos séculos XV e XVI, através do estudo e discussão das fontes sobre esta época. Saul Gomes (1990) acredita que na coletânea de documentos chamada de “*Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI*” esteja presente toda a documentação relativa a este mosteiro, pelo menos no período que se encerra em 1520. Para tanto, o texto foi dividido em três partes: 1ª - O Mosteiro da Batalha: da fundação ao Panteão de Avis, 2ª - Os Dominicanos na Península Ibérica e 3ª - Fontes sobre a presença dominicana na Batalha.

## 1. O Mosteiro da Batalha: da fundação ao Panteão de Avis

A construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória insere-se na necessidade preeminente da dinastia de Avis de fortalecer sua política expansionista dentro de um viés de sacralidade e de legitimidade. Sua valoração está ligada à sua representação enquanto panteão régio. Para tanto, pretende-se relacionar a construção dos monumentos arquitetônicos como a forma mais concreta e visível de manifestação de poder, sendo este mosteiro a principal memória pétrea de exaltação dinástica.

---

<sup>1</sup> GOMES. Saul Antônio. *Vésperas Batalhinas - Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997. p. 21

<sup>2</sup> GOMES. Saul Antônio. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV-XVI* (Volumes I- IV). Batalha: IPPAR. 2002

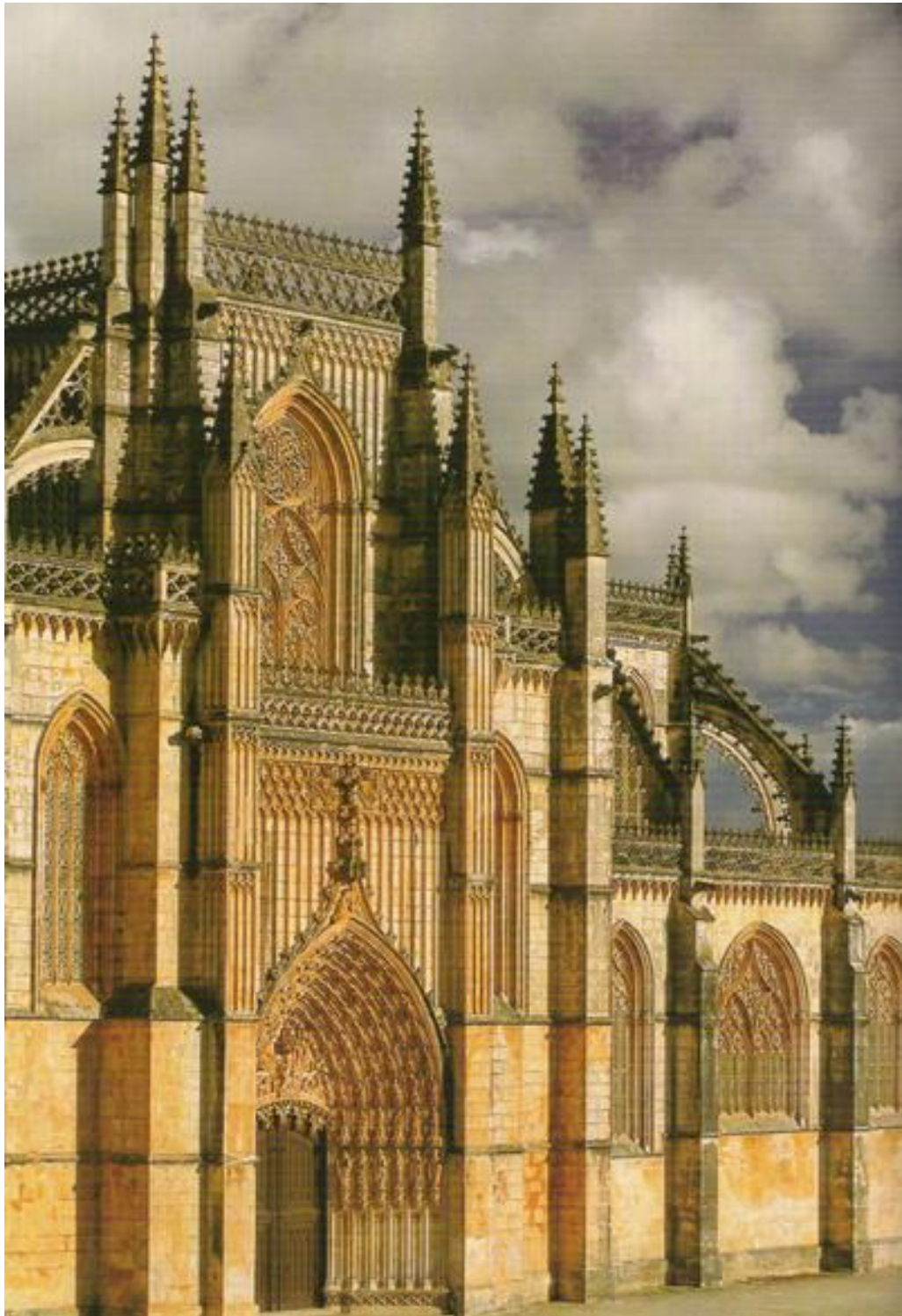
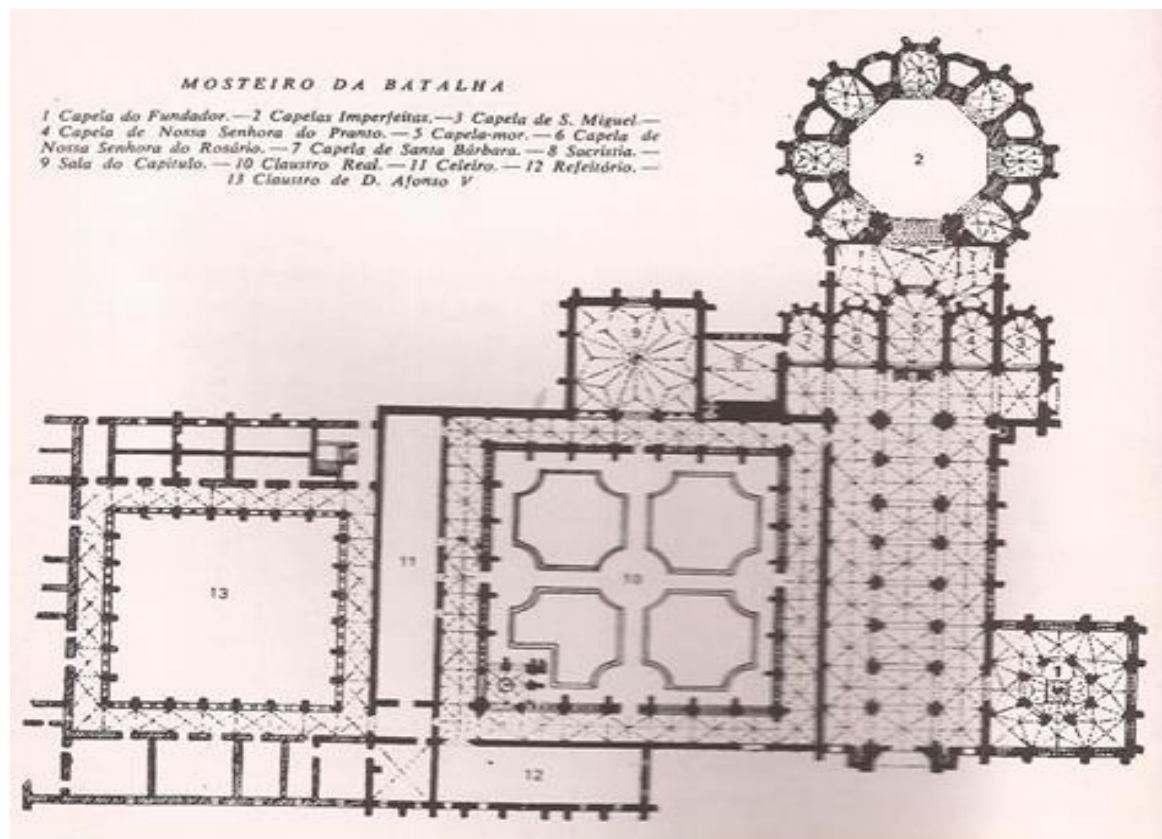


Figura 1 –  
Mosteiro de Santa Maria da Vitória - Fachada Principal (<http://www.mosteirobatalha.pt>)



**Figura 2 - Planta do Mosteiro da Batalha-**

(In Serrão, Joel. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas, 1993.p 95)

Demonstração pública e significativa de poder da nova casa reinante, a sobrevivência do mosteiro foi garantida pelas sucessivas doações régias. As doações dos monarcas de Avis garantiam sua manutenção e importância como panteão dinástico possuindo em seu interior a representação escultória funerária do poder e da riqueza da nova dinastia<sup>3</sup>. Neste convento repousam várias gerações reais. O primeiro membro da família real a ter seus restos mortais depositados na Batalha foi a rainha D. Filipa de Lencastre, falecida em 1416. Este espaço funerário favoreceu a proliferação de rituais, de celebrações que visavam ostentar a dignidade do morto. A realeza apropriava-se destas representações como momentos muito importantes de afirmação do poder régio<sup>4</sup>.

O projeto arquitetônico de Avis, presente em Santa Maria da Vitória, expressa a ideia de monumentalidade existente em vários lugares da Europa, tendo a intenção de celebrar a memória

<sup>3</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *A expansão das fronteiras da Cristandade no século XV: sacralidade e legitimidade do projeto político da casa de Avis*. In Fernandes, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 177-191.

<sup>4</sup> A nova dinastia, após um complicado processo sucessório, necessitava de legitimidade e a ritualização das cerimônias serve a este propósito de engrandecimento do poder real. Deve-se ter em mente também que as ações expansionistas do reino português em África representam uma busca por esta sacralidade, necessária para a afirmação dinástica perante o papado e todos os reinos cristãos. Ver : Nascimento, Renata Cristina de Sousa. *As Exéquias Fúnebres no Mosteiro da Batalha*. In *Mirabilia*, número 16 (janeiro- junho 2013), p 248- 259.



fúnebre da dinastia reinante. Pode-se citar como parâmetro a Abadia de Saint-Denis, mausoléu dos reis franceses. As necrópoles reais são elementos de representação política, garantias de continuidade e memória da monarquia reinante. Seu estilo predominante é o gótico.

Importante local de *prática ritual* e comemoração litúrgica. “A memória englobava toda a comemoração ritual dos defuntos: procissões funerárias, aniversário dos mortos, celebração litúrgica dos mortos comuns ou muito especiais, os santos.”<sup>5</sup>. Em Santa Maria da Vitória foram depositados os restos mortais do Infante Santo D. Fernando, membro da família real, falecido em Fez em 1443. Suas vísceras foram resgatadas em 1451 e sua sepultura, no Mosteiro da Batalha, tornou-se um afamado local de culto. No decorrer do século XV este culto iria estender-se também à colegiada de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães e a Igreja de Santo Antônio em Lisboa. A prisão de D. Fernando e sua morte em Marrocos, transformada em martírio, insere-se na necessidade preeminente de exaltação e construção de sua santidade. Neste sentido o culto ao Infante encontraria abrigo e se tornaria mais concreto com a veneração popular de seus restos mortais<sup>6</sup>. Esta veneração contribuiu para a manutenção da comunidade monástica, especialmente através de esmolas e doações, patrocinadas especialmente por D. Henrique (1394- 1460) e por seu sobrinho o rei D. Afonso V (1432- 1481). No testamento do rei D. João I também encontram-se diversas determinações relativas aos sepultamentos e aniversários régios no Mosteiro da Batalha.<sup>7</sup>

## 2. Os Dominicanos na Península Ibérica

A presença dos dominicanos em Portugal efetivou-se, de forma mais concreta, já no início do século XIII. O próprio fundador da Ordem, Frei Domingos de Gusmão, era natural desta região, tendo nascido em Calaruega (Castela), em 1170<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> GEARY, Patrick. *Memória*. In LE GOFF, J & SCHMITT, Jean- Claude (Org) Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Vol II. Bauru SP: EDUSC, 2002.

<sup>6</sup> “O culto envolvia a representação do martírio, inclusive através de seu tríptico, cujas imagens resumiam os principais momentos do seu cativo. Nesse contexto, o uso de alfaias litúrgicas proporcionava a exaltação de sua família e a rememoração de sua vida. Associados, tais elementos engendravam um verdadeiro culto dinástico.” AMARAL, Clínio de O. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*. Niterói: Tese de doutorado (UFF). 2008.

<sup>7</sup> GOMES, S. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (séculos XIV e XVII)*. Vol I (1388- 1460). Batalha: IPPAR. 2002. p 134- 140.

<sup>8</sup> En 1216 fundó la Orden de Frailes Predicadores, confirmada por Honorio III el 22 de diciembre de ese mismo año, para la cual eligió como forma de vida religiosa la Regla de san Agustín. A pesar de que no escribió ninguna obra de la que se pueda extraer su doctrina, santo Domingo legó un importante testamento espiritual a sus hermanos en el momento de su muerte, acaecida el 6 de agosto de 1221: “Estas cosas son, hermanos carísimos, las que os dejo, como a hijos, para que las poseáis por derecho hereditario: tened caridad, guardad la humildad y abrazad la voluntaria pobreza”. Fue sepultado en la iglesia de San Nicolás de Bolonia, convento que él mismo había fundado años atrás, y canonizado el 3 de julio de 1234 por Gregorio IX mediante la bula *Fons sapientiae*, en la que se hace alusión a los numerosos milagros obrados por el santo: CHACÓN-GÓMEZ, Diana Lúcia. *Santo Domingo de Guzman*, in Revista Digital de Iconografía Medieval, vol. V, nº 10, 2013, p. 89-106.

Conforme Julieta Araújo<sup>9</sup>, ainda hoje não há informações mais singulares sobre os primórdios da instalação da Ordem em Portugal, sendo a *História de São Domingos*<sup>10</sup>, de Frei Luís de Sousa<sup>11</sup> uma importante fonte para a reconstrução histórica da atuação dos Dominicanos na Península Ibérica, mesmo que esta tenha sido escrita no século XVII. O primeiro convento dominicano em terras lusitanas foi fundado, como já dito anteriormente, por Frei Soeiro Gomes em 1217, um dos primeiros discípulos de São Domingos. Este teria sido enviado com o objetivo de estabelecer o primeiro núcleo da recém formada Ordem. Primeiramente, teriam recebido, por doação da Infanta D. Sancha, em 1218, uma ermida na Serra de Montejunto, perto de Alenquer.

Uma vez estabelecidos os Pregadores em Portugal os conventos começaram a surgir e os religiosos receberam várias bulas, por exemplo, de Inocêncio IV, a 17 de agosto de 1245, que concede a bula *Grandi non immerito* para defesa e sustento dos conventos. A questão do sustento era controversa, pois levava a queixas e reclamações por parte de outras entidades religiosas e laicas. Referimo-nos às bulas *Non dine multa* aos bispos e à *Necessitatibus vestris*, do papa Alexandre IV. O mesmo problema é referido quanto à Colegiada de Guimarães no início do século XV.<sup>12</sup>

No capítulo XII do volume I de *História de São Domingos*, Frei Luís de Sousa “*defecrevese o fitio do primeiro Convento que a Ordem de São Domingos teve em Portugal, e a fabrica delle*”. Nesta região as dificuldades de acesso eram muitas, por ser terreno íngreme, “*a partes de matos e peffos, e crescidos, guarida de lobos, e outros animais filvestres*”<sup>13</sup>. De todo modo *a cafa he pequena, e baixa, mas pera deferto de boa fabrica*”<sup>14</sup>. O cronista também nos informa que, apesar das dificuldades, houve grande alegria e coragem por parte de Frei Soeiro Gomes e de seus companheiros, ao edificarem ali o primeiro convento dominicano no reino português, “*mas elle não fe effpantando nem defcontentado de nada fobio à terra, vifitou a ermida, lançoufe per terra...*”<sup>15</sup>

Do mesmo modo que São Domingos havia enfrentado em França as dificuldades no estabelecimento de sua primeira casa, assim também, segundo o cronista, os dominicanos se estabeleceram em Portugal. Posteriormente, teriam ainda um Mosteiro em Coimbra e Santarém. “O convento de Santarém foi receptáculo de

<sup>9</sup> Aspectos da Espiritualidade Dominicana em Portugal Na Época Medieval. Notas Sobre Frei Soeiro Gomes. In: RIVAIR, José (Org). A Idade Média Portuguesa e o Brasil: Reminiscências, Transformações, Ressignificações. Porto Alegre, Vidrágua, 2011

<sup>10</sup> SOUSA. Fr. Luís de. *História de S. Domingos*. Porto. LELLO & IRMÃO, 1977

<sup>11</sup> Antes de entrar para a vida religiosa chamava-se Manuel de Sousa Coutinho. Nasceu em Santarém, por volta de 1555 e faleceu em 1632. Ao tornar-se frade dominicano adotou o nome de Frei Luís de Sousa e tornou-se cronista de sua ordem.

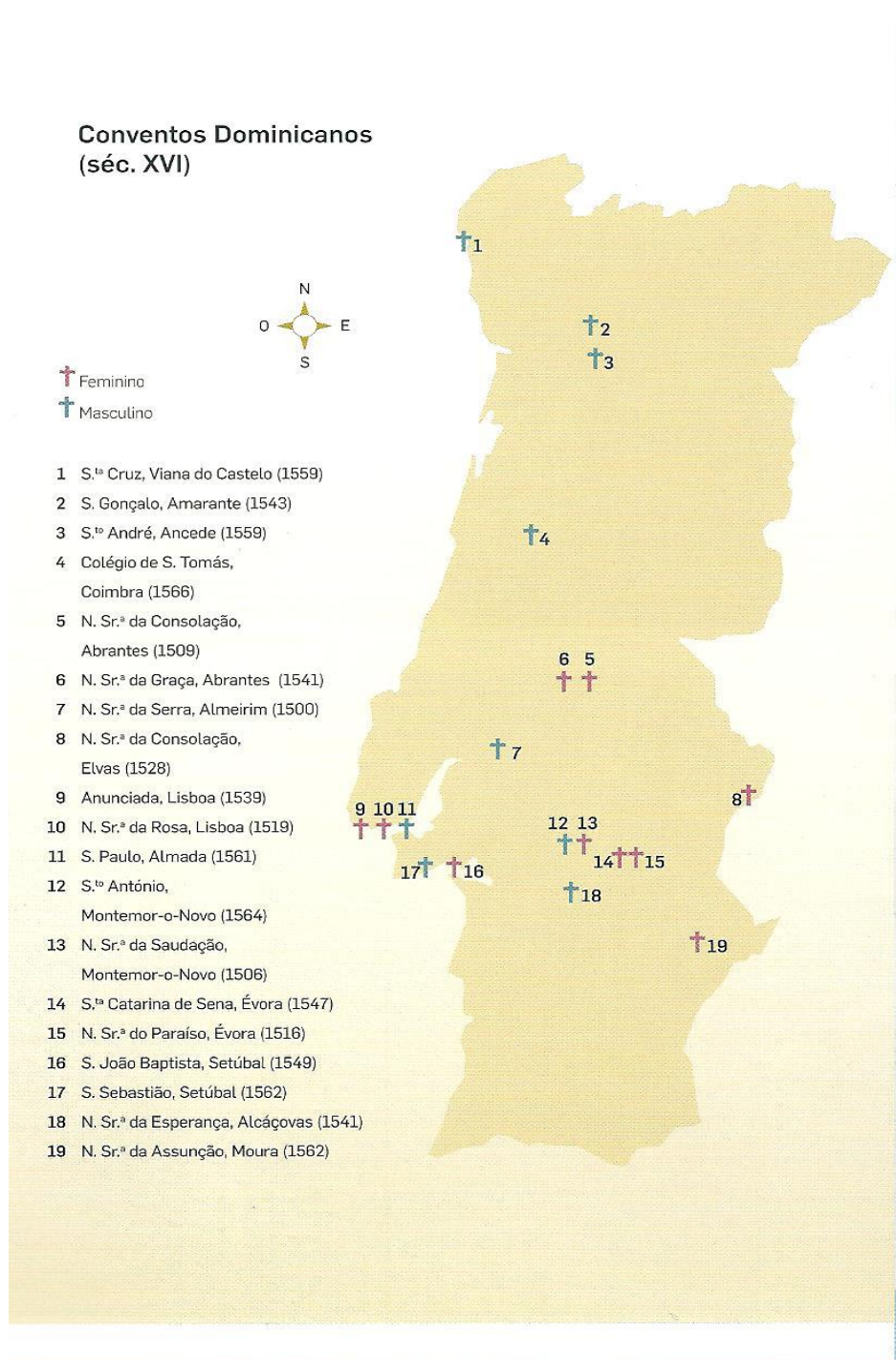
<sup>12</sup> Idem. p. 54

<sup>13</sup> SOUSA. Fr. Luís de. *História de S. Domingos*. Porto. LELLO & IRMÃO, 1977. Livro I, p. 46

<sup>14</sup> Idem. p 46.

<sup>15</sup> Ide. p 47.

várias bulas como a *Curriad promerend* ... um dos nomes que se destaca é o de Frei Gil, provincial por incentivar a pregação aos mouros”<sup>16</sup>. O crescimento e instalação de novos conventos é bastante significativo, existindo, no século XVI, dezenove casas em locais distintos do reino. (Vide Mapa)



<sup>16</sup> ARAÚJO, Julieta. *Aspectos da Espiritualidade Dominicana em Portugal Na Época Medieval. Notas Sobre Frei Frei Soeiro Gomes*. In: RIVAIR, José (Org). *A Idade Média Portuguesa e o Brasil: Reminiscências, Transformações, Ressignificações*. Porto Alegre, Vidrágua, 2011. p 54.

O prestígio alcançado pelos dominicanos na corte portuguesa foi enorme, especialmente durante a segunda dinastia (1385- 1582), desempenhando também o papel de confesores régios. Franciscanos, dominicanos e agostinianos atuaram, durante séculos, como conselheiros e confesores junto à monarquia.

Foram também alguns dos confesores dos príncipes da Ínclita Geração religiosos domínios. Assim, Fr. Gil Mendes que, em 1414, integrou a expedição a Ceuta e aí permaneceu, durante certo tempo, com dois irmãos de hábito, acompanhou depois, na malograda jornada de Tânger, o Infante D. Fernando, como seu confessor. O mesmo cargo exerceu o licenciado parisino em teologia, Fr. João Verba, junto de D. Pedro, de quem foi íntimo conselheiro, tendo-o seguido em suas deambulações pela Europa, tratado de seu casamento e auxiliado de perto na redacção do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, tal como colaborara na obra literária do Rei de Boa Memória e seu filho... Teve o referido Infante por director de consciência a Fr. Afonso de Évora, outro dominicano, nos tempos árdus em que era regente.<sup>17</sup>

Confesores do rei D. João I (1357- 1433) e de D. Henrique (1394- 1460) foram ganhando influência e espaço na corte. Vários destes, como se sabe, frades dominicanos. Nota-se, a propósito, que o ex-voto do Convento de Santa Maria da Batalha, cuja igreja foi transformada no panteão da Dinastia de Avis, havia sido confiado aos frades domínios, em claro sinal da estima régia<sup>18</sup>. Estes também eram agentes diplomáticos na Cúria pontifícia, credibilizando a fidelidade do monarca perante o pontificado romano.

### 3. Fontes sobre a presença dominicana na Batalha

Estudar a história da comunidade dominicana na Batalha, nos primeiros séculos, é refletir sobre as inter-relações estabelecidas entre as esferas política e religiosa<sup>19</sup>. Este convento, doado por D. João I, em 1388, aos frades pregadores, reflete a importância das Ordens Mendicantes, cujas estruturas institucionais de governo eram supranacionais, “cuja intenção passava pela transformação destes em um braço da nova *Christianitas*, geograficamente extensa e unificada sob a orientação espiritual do Sumo Pontífice”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> MARQUES, João Francisco. *Franciscanos e Dominicanos Confesores dos Reis Portugueses das Duas Primeiras Dinastias*. In Revista da Faculdade de Letras- Línguas e Literaturas. Anexo V- Espiritualidade e Corte em Portugal, Séc. XVI- XVIII, Porto, 1993. p 56

<sup>18</sup> Idem. p 56.

<sup>19</sup> Um estudo pormenorizado sobre a comunidade eclesial da Batalha encontra-se em GOMES. Saul Antônio. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990. p 249- 291.

<sup>20</sup> GOMES. Saul Antônio. *Vésperas Batalhinas - Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997. p. 2.



Os modelos de piedade marianos, então em voga, refletiam as preferências espirituais do monarca. Este atribuía sua ascensão ao trono e vitória sobre os exércitos de Castela em Aljubarrota (1385)<sup>21</sup> à invocação e proteção da Virgem Maria. Fato observável no documento de doação do Mosteiro de St<sup>a</sup> Maria da Vitória aos frades da Ordem de São Domingos:

Dom Joham pella graça de deus Rey de portugal e do algaure a quantos esta carta/virem fazemos saber que nos por honrra da uirgem maria nosa defensor e destes regnos consirando as muitas estremadas graças que do seu filho bento/ a Rogo della sempre recebemos assy em guarda/ do nosso corpo como em exalçamento dos dictos/ regnos e em as gerras e mesteres em que somos/ poostos specialmente na batalha e campo que ouve/mos com os castellãaos dando nos delles victoria maraujlhosa mais por a sua mjsericorda que/ por os nossos merecimentos prepodemos em re/lenbrança de benefícios per ella recebidos de edificar e mandar fazer casa de oraçam em a/qual honrra e louvor da dicta senhora se faça serujço// a deus a qual de fecto ja mandamos começar.../ porque segundo deus e uerdade os frades pregadores da hordem de sam domjngos som muj deuotos em elle assy por as suas obras como pello abito que de su/as mãaos receberam e som muj deuotos em ella assy por as suas obras como pello abito que de su/as mãaos receberam e som outrossy merecedores de todo...outrossy aquello que proposto auemos damos e doamos e /dedicamos a ordem de sam domjnguos o nosso moesteyro de/ sancta maria da Victoria que nos ora mandamos fazer...<sup>22</sup>

O primeiro prior deste mosteiro foi Fr. Lourenço Lampeira, não há informações se teria sido eleito ou nomeado por um vigário geral, com anuência régia.<sup>23</sup> A maior parte dos priores batalhinos eram detentores de graus acadêmicos, sendo seu primeiro prior doutor em Teologia.

As doações ao Mosteiro no século XV eram constantes. Em documento de 1429 cita-se a doação feita ao Convento da Batalha por Fernão Domingues e Cizila Lourenço, sua mulher, moradores da Gândara de Carvide, em virtude da devoção que tinham à Santa Maria da Vitória e à Ordem de São Domingo, dos seus direitos ao Casal da Ruivaqueira<sup>24</sup>... “e querendo desencaregar nosas conçianças e por nosas almas e por aquelles de que somos teudos e por estas cousas e por devaçom que sempre tivemos na dicta ordem, da dicta Virgem Maria”<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> GUIMARAES, Marcella Lopes. *Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança*. In *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Curitiba: UFPR, 2013. p 121- 156.

<sup>22</sup> Documento publicado em GOMES, Saul Antônio. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990. p 383- 384

<sup>23</sup> Idem. p 261.

<sup>24</sup> GOMES, S. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha ( séculos XIV e XVII)*. Vol I (1388- 1460). Batalha: IPPAR. 2002. p 159- 161.

<sup>25</sup> Idem. p 159.



**Figura 3 – Frades Dominicanos na Batalha**  
<http://www.historiadeportugal.info/mosteiro-da-batalha/>

No Convento funcionaram os Estudos Gerais da Ordem (de 1538-1552), “aqui lecionando o célebre D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, mais tarde arcebispo de Braga, fato que naturalmente engrossou a população conventual ali alojada<sup>26</sup>.” Outra importante forma de manutenção dos frades e do Mosteiro foram as doações relativas às celebrações realizadas nas capelas funerárias. Em 1461, o Infante D. Fernando, filho adotivo de D. Henrique, o Navegador, garantia a esta casa monástica mendicante o pagamento da soma estipulada para sustento da capela do Infante D. Henrique, com missas e demais obrigações correspondentes.

Eu o infante dom Fernando rejedor e governador das hordees e cavalaria dos meestrados de Christo e de Ssantiago destes Reynnos del Rey meu senhor, duque de Viseu e de Beja e senhor de Covilhã e de Moura e condeestabre. Ffaço ssaber a quantos esta minha carta virem que o senhor infante dom Anrique meu padre cuja alma Deus aja hordenou e

<sup>26</sup> GOMES, S. *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. Batalha*. Viseu: Palimage Editores, 2005. p 14.

estabeleço em sseu testamento çertas capellas que em cada hum anno por ssua alma sse cantassem e outras alguãs misas com certos resposssos e oraçoões deccrando ha cada huã o que avia d aver por ssue trabalho e antre as quaees cousas hordenou que em cada hum ano pera senpre lhe dissessem cada dia tres misas no Moesteiro de Ssanta Maria da Vitoria na ssua capeela onde he o sseu jaziguo. E sse pagavom por estas misas em cada hum dos ditos anos dezasseys marcos de prata per as rendas das minhas terras de Tarouca e Valdijem que per ssua morte herdey per linha dirreita por sseerem terras do iffantado. Pidindo a mym e a meus herdeiros e ssoçessores que depois de ssua morte me aprouvesse aver por bem per as ditas rendas sse pagarem os ditos dezasseys marcos de prata em cada hum ano ao dito prioll gardiam e ffrades do ditõ Moesteiro os quaes ffosem obrigados em cada hum dia dezerem as ditas tres missas com sseus resposssos e orasçoões.”<sup>27</sup>

Nas capelas fúnebres destaca-se a importância do morto, daí a necessidade de celebração de sua memória. As preces e missas pela alma do defunto cabiam, em geral, aos frades<sup>28</sup>. Na intersecção entre o mundo dos vivos e dos mortos as capelas fúnebres formavam um elo essencial para a afirmação da consciência e da unidade da linhagem, bem como de sua relação privilegiada com a salvação.<sup>29</sup>

### Considerações Finais

A história da comunidade monástica dominicana reflete, também na Península Ibérica, a necessidade de um novo apostolado frente ao processo de urbanização iniciado no fim do século XII e início do XIII. “Assim, os mendicantes fornecem as justificações religiosas de que a sociedade urbana tinha necessidade”<sup>30</sup>. Legitimando a nova sociabilidade os frades aproximam-se dos pobres, mas também dos grupos dominantes. Em Portugal recebem da nova casa dinástica a administração de sua mais duradoura representação simbólica, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, expressão maior de poder e de continuidade dinástica, através da implantação do panteão régio. O culto aos mortos favoreceu, no século XV, as constantes doações dos monarcas e da corte, enriquecendo o tesouro litúrgico do Convento.

---

<sup>27</sup> GOMES, S. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (séculos XIV e XVII)*. Vol I (1388- 1460). Batalha: IPPAR. 2002. p 142- 143

<sup>28</sup> Também alguns destes ofícios poderiam ser confiados a leigos. “Os serviçais, situação que permitia a entrega de menor número de cargos a profanos. A estes cabiam tarefas de maior e real responsabilidade e exigência como fossem as do ensino, as de serviço litúrgico (cantor, sub-cantor e sacristão- além dos oficiantes que todos os frades conventuais tinham obrigação de ser-) e as da administração geral e particular.”. In GOMES, Saul Antônio. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990. p 273

<sup>29</sup> Ver: SEIXAS, Miguel Metelo de & PORTUGAL, João António *À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha*. In REDOL, Pedro e GOMES, S. *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Tipografia de Fátima LTDA, 2012.

<sup>30</sup> LE GOFF, J. *As ordens mendicantes*. In BERLIOZ, J. *Monges e Religiosos na Idade Média*. Lisboa: terramar, 1994. p 231

Concretização de uma promessa religiosa feita em Aljubarrota, o panteão da Batalha também foi palco da atuação dos dominicanos em Portugal, revelando sua importância enquanto instituição de prestígio junto às casa reinantes.

*Artigo recebido em 29 de setembro de 2014.*

*Aprovado em 10 de novembro de 2014.*